



**CAMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO**  
Secção de Pessoal e Recursos Humanos

**AVISO**

**CONTRATAÇÃO, NA MODALIDADE DE RELAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO DETERMINADO A TERMO RESOLUTIVO A TEMPO PARCIAL DE TRÊS TÉCNICOS, PARA ASSEGURAR AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - ANO LETIVO 2017/2018**

1 – Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015 de 24 de agosto, torna-se público que, na sequência da deliberação do órgão executivo tomada em reunião de 8 de agosto de 2017, se encontram abertas, na plataforma informática da Direção Geral da Administração Escolar (DGAE), ofertas de trabalho para a docência de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e outras atividades de apoio, tal como previsto no n.º 1, do artigo 4º, do D.L. 212/2009, de 3 de Setembro, alterado pelo D.L. 169/2015, de 24 de agosto, pelo período de 3 dias úteis, nas áreas seguintes:

A tempo parcial:

Referência A: Um Técnico para o Ensino do Inglês;

Referência B: Um Técnico para a Atividade Física e Desportiva;

Referência C: Um Técnico para o Ensino da Música.

2 - O presente recrutamento destina-se à execução de tarefa ocasional ou serviço determinado precisamente definido e não duradouro ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 57º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

3 - **Prazo de validade:** O procedimento concursal é válido para o recrutamento dos postos de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015 de 24 de agosto.

4 – **Legislação aplicável:** Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, publicado na 2.ª série do Diário da República, Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015 de 24 de agosto, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

5 – **Local de trabalho:** As funções serão exercidas nos Estabelecimentos de Ensino do Agrupamento de Escolas do Concelho de Vimioso.

6 – **Duração do contrato:** O contrato vigorará durante o ano letivo 2017/2018.

7 – **Horário de trabalho:** O trabalho será prestado de segunda a sexta-feira, de acordo com horário a definir pelo Agrupamento de Escolas do Concelho de Vimioso.

8 – **Caracterização dos postos de trabalho:** Em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado para o ano 2017 – lecionação do Inglês, Atividade Física e Desportiva e Música aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular, aprovado pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

9 – **Perfil Profissional** - Os profissionais que dinamizam AEC devem possuir formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das atividades programadas e ao escalão etário do público-alvo ou curriculum vitae relevante para o efeito, em conformidade com o n.º 1, do artigo 17º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

**10 - Posicionamento remuneratório:** A remuneração mensal dos técnicos será a correspondente ao índice 126, da Carreira dos Educadores e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, quando possuam habilitação igual à licenciatura, e do índice 89, para os restantes casos, que será paga proporcionalmente, de acordo com o número de horas, que serão de 3 horas letivas semanais para o Ensino do Inglês e de 5 horas letivas semanais para o Ensino da Música e 6 horas letivas para a Atividade Física e Desportiva. O valor hora para o índice 126 é de € 10,58 e para o Índice 89 é de € 7,47. A esta remuneração acresce o correspondente subsídio de férias e de natal.

**11 – Forma e prazo para apresentação das candidaturas:** As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário eletrónico no sítio da internet deste Município em [www.cm-vimioso.pt](http://www.cm-vimioso.pt), através do link disponibilizado ou através da página eletrónica da Direção Geral dos Recursos Humanos da Educação, [www.dgrhe.min-edu.pt](http://www.dgrhe.min-edu.pt), nos 3 dias úteis à data da divulgação da presente oferta.

Toda a documentação que faça parte integrante da candidatura será posteriormente solicitada.

**12 – Requisitos de admissão:** Os requisitos gerais de admissão, são os definidos no artigo 17º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, Lei Especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

**13 – Métodos de seleção obrigatórios:** em conformidade com o n.º 2, do artigo 36.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, são os seguintes:

- a) **Avaliação Curricular (AC)** — visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas;
- b) **Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)** — visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

**14 – Valoração dos Métodos de Seleção:**

**14.1 – Avaliação Curricular (AC)** - é expressa em pontuação de 0 a 50 pontos, sendo a classificação obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos seguintes parâmetros:

- a)- **Habilitação Académica (HA)** - nível de qualificação certificado pelas entidades competentes;
- b)- **Formação Profissional (FP)** - considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;
- c)- **Experiência Profissional (EP)**, com incidência sobre a execução de atividade inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas;

**14.2 – Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)** — visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

Para esse efeito, será elaborado um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, associado a uma grelha de avaliação individual, que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em



## CAMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO

Secção de Pessoal e Recursos Humanos

análise, avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente.

**15** – Os métodos de seleção, são, *per si*, eliminatórios, sendo excluídos do procedimento os candidatos que não detenham habilitações requeridas para o cargo a ocupar, ou que na fase das Entrevistas não forneçam ao Júri todos os elementos comprovativos das informações prestadas na plataforma.

**16** – A classificação final dos candidatos é efectuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 100 valores em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção.

**17** – A seleção e ordenação final serão efetuadas de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 7º, do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015 de 24 de agosto.

**18** – **Critério de desempate:** em situação de igualdade serão observados os critérios de ordenação preferencial estipulados no artigo 66º, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

**19** – A lista de ordenação final será publicitada na página eletrónica deste Município.

**20** – A aceitação da colocação pelo candidato deverá efetuar-se no decurso dos dois dias úteis seguintes ao da comunicação.

**21 – Júri do procedimento concursal:**

Presidente – Ana Paula Falcão, Adjunta do Agrupamento de Escolas de Vimioso;

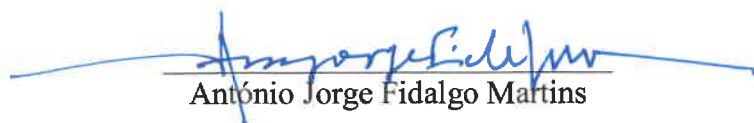
Vogais – Paulo Ramiro da Conceição Brás, Chefe de Divisão Económico-Social e Cultural, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Paula Cristina dos Anjos Vicente, Técnica Superior da Câmara Municipal;

Vogais suplentes – Solange de Jesus Rodrigues Delgado, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal e Lisete Moura Bruçó, Adjunta do Agrupamento de Escolas de Vimioso.

**22** – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Câmara Municipal de Vimioso, 31 de agosto 2017.

O Presidente da Câmara,



António Jorge Fidalgo Martins